

Cidade Alta de Reis Ventura: a apologia do Estado colonial em Angola no discurso literário da década de 1950*

Alberto Oliveira Pinto**

p. 155-169

Reis Ventura e a legitimação ideológica da política colonial de europeização dos espaços urbanos angolanos a partir da II Guerra Mundial

Manuel Joaquim Reis Ventura (Chaves/Portugal, 1910 – Oeiras/Portugal, 1988) estreou-se como escritor em 1934 com o poema *A Romaria* (que assinou com o pseudónimo Vasco Reis), galardoado com o Prémio Antero de Quental do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), ex-aequo com *Mensagem* de Fernando Pessoa. Fixou-se em Angola em 1938, a um ano do deflagrar da II Guerra Mundial, como funcionário da Câmara Municipal de Luanda, sendo posteriormente professor do ensino secundário particular, Vice-Presidente da Junta de Exportação da Província, Vogal do Conselho Legislativo de Angola e Chefe de Serviços do Contencioso e Relações Exteriores da Companhia dos Petróleos de Angola. Colaborou regularmente, como articulista, no jornal *A Província de Angola* até 1975, ano em que, durante os conturbados meses de transição para a independência angolana, regressaria definitivamente a Portugal, deixando em Angola todas as suas economias (OLIVEIRA, 2005, pp. 257-258).

Durante as quase quatro décadas que viveu em Angola, Reis Ventura produziu uma vasta obra ensaística e literária. Quer nos seus artigos de opinião, quer nos seus ensaios e romances, mostrou-se desde sempre um entusiasta do abrupto crescimento económico da Angola colonial após 1945, data do termo da II Guerra Mundial, impulsionado pela alta dos preços do café – no Ambriz, no Uíje e no Amboim – e do sisal – em Benguela e no Lobito –, cujos méritos atribuiu insistentemente ao aumento progressivo da população branca. Orgulhando-se de ser português e “civilizador”

* O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

** Doutor em História de África pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CH-FLUL) (Grupo Mundos Novos e Conexões Mundiais) e do CEa – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. [Comunicação apresentada no Colóquio Internacional *O Estado Colonial – Género ou Subespécie*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 16 e 17 de Maio de 2013.]

dos africanos e concebendo sempre Angola como uma continuidade de Portugal, este transmontano viveria intensa e efusivamente a aceleração da política dos colonatos, assim como a dos projectos urbanísticos de segregação racial, nomeadamente em Luanda, incrementada pelo governador-geral José Agapito da Silva Carvalho durante o seu longo mandato, que decorreria entre 1947 e 1955 (Neto, 1964, p. 187-190 e p. 320).

Deste modo, particularmente atento às transformações sofridas neste período na capital de Angola, quer no que diz respeito ao brusco aumento da população branca – a qual, em toda a colónia, quase duplicou, de 44.083 indivíduos em 1940, para 78 826 em 1950 –, quer à consequente construção inopinada de edifícios para habitação de colonos resultante dos lucros do comércio do café (Amaral, 1962, pp. 39-45 e pp. 48-62), Reis Ventura foi concebendo, nas páginas d' *A Província de Angola*, jornal diário de Luanda, na década de 1950, dois folhetins de subtítulo quase igual, que não tardaria a publicar sob a forma de livros: *Quatro Contos por Mês (Cenas da Vida em Luanda)* (1955) e *Cidade Alta (Cenas da Vida de Luanda)* (1958). Ambos os volumes contaram com capas da autoria do famoso pintor Albano Neves e Sousa (Matosinhos/Portugal, 1921 – Baía/Brasil, 1995). Paralelamente, Reis Ventura publicou artigos e ensaios de teor político e económico, nos quais procurava legitimar teoricamente as perspectivas colonialistas que se projectavam nas suas ficções. Entre eles, destacamos o livro *A Nova Angola* (1959), igualmente com capa de Neves e Sousa, onde o autor procede a uma análise optimista da evolução política e social em Angola na década transacta que, como já o dissemos, foi quase integralmente coincidente com o longo mandato do governador Agapito.

No romance *Cidade Alta*, a pretexto de uma história policial, Reis Ventura consegue pintar um fresco interessante sobre o que era, na década de 1950, a frivolidade da vida da sociedade colonial em Luanda e noutros pontos de Angola, que aliás se prolongaria até à revolução de 25 de Abril de 1974. No entanto o subtítulo, *Cenas da Vida de Luanda*, só se justifica parcialmente, porquanto o romance se limita a evidenciar uma pequena elite que não ultrapassa os 30 % da população branca da cidade – esta constituída no seu total por cerca de 34.250 indivíduos em 1955 –, desprezando e silenciando, quer os demais colonos, quer a camada mestiça – cerca de 11 550 indivíduos em 1955 –, quer sobretudo a maioria negra que se aglomerava nos musseques, a qual contabilizava, também em 1955, mais de 143.700 indivíduos (Amaral, 1962, pp. 48-49).

Uma leitura atenta de *Cidade Alta* permite-nos destacar os quatro elementos essenciais que, em 1958, data da publicação do romance, mais suscitavam a atenção do autor, no que diz respeito à legitimação ideológica do Estado colonial em Angola. Em primeiro lugar, a exaltação da europeização de Angola, consubstanciada essencialmente na construção de edifícios destinados aos colonos, que empurrava, conseqüentemente, os africanos para as periferias das cidades, os musseques. Em segundo lugar, posicionando-se numa perspectiva diacrónica, Reis Ventura centra a sua visão do futuro na miragem da descoberta de petróleo em Angola, até então ainda uma quimera. Mas, em contrapartida, não deixa de olhar para o passado, dito glorioso, do imperialismo português, aproveitando oportunamente as manifestações de protesto, em Luanda, contra as primeiras tentativas de invasão, por parte da União Indiana, dos enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli, sob administração portuguesa na Índia.

Finalmente, fiel a uma concepção conservadora que vê na mulher portuguesa em Angola apenas uma dedicada companheira do marido colonizador e uma abnegada progenitora dos filhos deste, os quais contribuirão para o “embranquecimento” da colónia, Reis Ventura mostra-se preocupado com o que designa, numa nota explicativa inicial, por “certos desvios da versatilidade feminina, demasiadamente influenciada pelo figurino americano” (Ventura, 1958, página inicial não numerada). Mas de que trata o romance *Cidade Alta*? Analisemo-lo confrontando-o, aqui e ali, com passagens de *A Nova Angola*, o ensaio teórico que Reis Ventura publicaria apenas um ano depois.

As conotações do título *Cidade Alta*: a miragem do petróleo e a exaltação da abrupta construção de edifícios para colonos no tecido urbano de Luanda

Convém delimitar, desde já, o(s) significado(s) do título deste romance de Reis Ventura: *Cidade Alta*.

O espaço urbano de Luanda, a primeira cidade fundada na África a sul do Sara por europeus, em 1576, foi estruturado desde a primeira hora na base de dois pólos distintos: a Cidade Alta, por cima das barrocas, e a Cidade Baixa, no sopé destas, junto à baía. Se esta última, a Cidade Baixa, nasceu e expandiu-se como centro portuário e comercial, já a primeira, a Cidade Alta, manter-se-ia sempre, até aos dias de hoje, a sede dos poderes político-administrativo, eclesiástico e militar (Pinto, 2012, p. 113).

A Cidade Alta ergue-se sobre o alto do barrocal a que Paulo Dias de Novais chamou, em 1576, Morro de São Paulo e onde foram edificados em adobe, de poente para nascente, uma fortaleza (São Paulo), uma igreja e a residência do governador. O eixo principal da Cidade Alta – artéria que ao longo dos séculos assumiria vários nomes, tais como Estância da Matriz, Rua de Diogo Cão ou, actualmente, Rua 17 de Setembro – foi sempre demarcado, portanto, por três edifícios que, embora sofrendo diversas transformações, representaram sempre os três poderes coloniais (e pós-coloniais): o poder político-administrativo, consubstanciado no Palácio dos Governadores; o poder eclesiástico, sediado na Igreja Matriz ou Sé de Luanda; e o poder militar, centrado na Fortaleza de São Miguel. O nome desta fortaleza, inicialmente erguida em adobe, foi evocativo de São Paulo, o santo homónimo de Paulo Dias de Novais, fundador da cidade, até à invasão holandesa de 1641. Depois de reconstruída em pedra pela engenharia militar flamenga, veio a adquirir o nome de São Miguel, arcanjo padroeiro da expedição militar luso-brasileira de Salvador Correia de Sá, uma vez recuperada Luanda aos holandeses em 1648.

Quanto à Igreja Matriz, sob o nome de Igreja da Conceição, foi residência dos bispos do Congo até à ocupação holandesa. A ela confluíam, até essa data, as caravanas de escravos vindas do corredor do Cuanza – segundo Cadornega, partiam anualmente de Luanda entre oito a dez mil cabeças de escravos para o Brasil – a fim de receberem o baptismo colectivo do bispo, o qual, descendo as barrocas, acompanhava a comitiva até ao local de embarque, a bacia meridional da enseada – a confinar com a Samba e a Corimba –, que ficaria, por esse facto, conhecida pelo nome de Praia do

Bispo. Havendo-se a Sé de Luanda – assim como a sua padroeira, Nossa Senhora da Conceição – transferido para a Igreja da Misericórdia, igualmente na Cidade Alta, após a recuperação do domínio de Luanda pelos luso-brasileiros aos holandeses em 1648, a antiga Igreja Matriz manter-se-ia, mesmo depois desta “Restauração”, em completo abandono, sendo definitivamente demolidas as suas ruínas em 1879. Apenas foi conservada uma das torres sineiras, transformada em Observatório Meteorológico “João Capelo”. No vértice do ângulo sudeste da varanda da torre, elevava-se um mastro de ferro de 7 metros ao longo do qual, durante anos, subia diariamente um balão de forma esférica que indicava, no momento da sua queda, a cada hora, a temperatura média e o estado do tempo de Luanda. O nome Balão, então atribuído à antiga torre sineira, a Torre do Balão, passou depressa para o beco adjacente, onde foram construídas as casas dos directores do Banco de Angola, o Beco do Balão, e estendeu-se mesmo à área da Cidade Alta mais próxima.

A pintura de Neves e Sousa que ilustra a capa de *Cidade Alta* de Reis Ventura mostra precisamente, sobre um fundo alaranjado que evoca o estereotipado pôr-do-sol angolano, a silhueta da antiga torre sineira da Igreja Matriz de Luanda, agora Observatório Meteorológico, ladeada dos contornos das casas luxuosas do Beco do Balão, assim como do que restava dos sobrados anteriores ao século XIX. Na mesma imagem ainda é possível divisar, quer a silhueta de um candeeiro público, representando a modernidade, quer a de uma mulemba centenária que, debruçando-se sobre a Praia do Bispo – até ser construída diante dela, em meados da década de 1940, a moradia reservada aos representantes da *Casa Inglesa*, da autoria do arquitecto Vasco Vieira da Costa (Fernandes, 2002, p.37), –, demarcava o fim do beco.

É precisamente numa casa situada muito perto do Beco do Balão que se inicia o romance *Cidade Alta*, numa tarde de Junho de 1954, durante um jogo de bridge, onde participam cinco homens e quatro mulheres da alta sociedade colonial, num convívio amistoso regado com uísque – bebida só popularizada em Angola a partir dos anos da II Guerra Mundial (Paço D’Arcos, 1967, p. 17), mercê dos lucros do comércio do café – servido por criados negros. Toda a então província de Angola conta agora com uma população branca que já atinge um total de 109.568 indivíduos (Amaral, 1962, pp. 48-49). Vive-se sob o signo da miragem de uma provável descoberta de petróleo em Angola, aguardada para muito em breve. Já há algum tempo que empresas como a Petrofina mobilizam geólogos para sondar as costas angolanas. O “ouro negro” será efectivamente “descoberto” em Benfica, a 42 quilómetros a sul de Luanda, daí a onze meses, em Maio de 1955. E, como se fora um milagre de Nossa Senhora de Fátima, tal ocorrerá precisamente no dia 13. Reis Ventura dedicará ao acontecimento – ou ao “milagre”? – o capítulo XXIV de *Cidade Alta*, intitulado “Sondagens em Benfica” (Ventura, 1958, pp. 169-172).

A luxuosa moradia do Balão, que constitui o cenário de grande parte deste romance, é propriedade do fictício engenheiro Gaspar de Galvão Soutello, o qual se arroga permanentemente de, nos últimos dez anos – isto é, desde que acabou a II Guerra Mundial –, haver construído meia centena de prédios em Luanda. A aparatosa mansão onde reside, assim como o seu enquadramento na paisagem luandense, é descrita em termos bem reveladores das violentas transformações então em vias de sofrer o tecido urbano da cidade:

“Era uma bela vivenda, que revelava o dinheiro e o bom gosto do proprietário e construtor. O engenheiro tinha muita vaidade nela e com boas razões: era uma realização sua, custeada com dinheiro ganho a projectar e dirigir a construção de casas para a gente mais rica da capital de Angola. Da varanda do primeiro andar, avistava-se o tranquilo oval da Baía e o formoso anfiteatro da cidade. Ao fundo, a Avenida Salvador Correia, na caprichosa mistura de altos prédios modernos e velhos sobrados oitocentistas. Mais além, a Avenida Marginal, já bordada de alguns grandes edifícios que pronunciavam a esplêndida urbe futura. E das artérias da cidade baixa, o casario trepava as encostas, em direcção ao Palácio do Governo, ao Hospital Central, ao Liceu Salvador Correia e ao Largo dos Lusíadas. Para lá desta linha, adivinhavam-se os bairros da Samba, do Musseque Braga, da Maianga, de Vila Alice e de São Paulo” (Ventura, 1958, pp. 12-13).

Para além do Palácio do Governo, ao qual já nos referimos, assinalemos sucintamente o historial dos outros locais e edifícios de Luanda mencionados no texto. O Hospital Central ou Hospital Maria Pia (Josina Machel, após a Independência) existia desde 1883 e resultou da recuperação do Convento de São José, construído em 1604 pelos Franciscanos nos terrenos compreendidos entre a Maianga do Povo e a Maianga do Rei, fronteiros ao então descampado da Samba, e encerrado em 1834, quando foram extintas as ordens religiosas pelo liberalismo.

O Liceu Salvador Correia, existente desde 1918, funcionou inicialmente na Cidade Alta, quase contíguo ao Hospital, até ser transferido para um edifício inaugurado em 1942 na recente Rua Brito Godins, que demarcou pelo asfalto, a partir de então, a separação entre a suave encosta da Ingombota – já há mais de dez anos ocupada por uma população branca que expulsara os africanos – e o planalto do Maculusso, cuja área ainda era habitada pelos africanos do Musseque Braga. Estes não tardariam a evacuar o local daí a três anos, repelidos pelos europeus enriquecidos pela alta do preço do café, que ergueram novos prédios e moradias naquele que passaria a ser conhecido por Bairro do Café (Pinto, 2012, p. 128). Decerto que, entre os construtores destas residências e serviços que “embranqueceram” o Maculusso, figuravam personagens como o engenheiro Soutello. E estranhámos, a propósito, que Reis Ventura ainda designe por Musseque Braga, em 1958, aquele que há alguns anos já era o Bairro do Café.

O Largo dos Lusíadas, embora oficialmente inaugurado com esse nome em 1935 sobre o terreno que resultou das obras de alcatroamento da antiga lagoa pantanosa do Kinaxixi, seria sempre conhecido pelo nome dessa lagoa ou, em alternativa, por “Maria da Fonte”, apodo que, por antonomásia, o povo de Luanda aplicou ao monumento erguido no local, consagrado aos mortos da Grande Guerra de 1914/18 no sul da Angola (Pinto, 2003, p. 43).

Finalmente, os bairros da Samba, Maianga, Vila Alice e São Paulo – Reis Ventura enuncia-os de sudeste para noroeste – correspondem, efectivamente, a áreas de Luanda cujo asfaltamento ou, por outras palavras, a penetração da cidade branca no musseque, era muito recente, com menos de uma década, e mais uma vez ficava a dever-se à alta do café.

Apresentado pelo narrador como um herói, o engenheiro Soutello é um empreendedor cheio de ideias novas e hipocritamente filantrópicas, tais como a que se segue:

“A minha ideia é muito simples. Se vier o petróleo, [...] Luanda pulará rapidamente para as proporções duma grande capital. E o problema da habitação vai tornar-se mais sério. / – Já o é – atalhou a Marilene. – Uma vivenda aceitável, já não custa menos de 2.500\$00 [dois mil e quinhentos escudos]. / – Eu sei – confirmou o engenheiro. E também não ignoro que a aspiração de quase todas as **famílias modestas** é possuir casa sua. Por isso me lembrei de fazer alguma coisa para facilitar a realização deste sonho. [...] Em regra, o capital investido numa casa recupera-se com 10 ou 12 anos de rendas. Consequentemente, uma sociedade construtora poderia entregar as habitações aos inquilinos, ao cabo de quinze anos consecutivos de arrendamento. [...] Alinhando alguns números, o engenheiro demonstrou que umas 50 habitações para rendas mensais de 1.500\$00 [mil e quinhentos escudos] não custariam mais de dez mil contos [dez milhões de escudos] e em quinze anos as rendas produziriam 13.500 contos [treze milhões de quinhentos mil escudos], realizando assim um lucro na ordem dos 35 %. [...] O engenheiro Soutello lançou-se imediatamente na concretização da sua ideia, com o dinâmico entusiasmo que lhe era peculiar. [...] Fundou a COCAL (Construtora de Casas, Lda.), com o capital inicial de dez mil contos [...].” (Ventura, 1958, p. 100-101 e p. 119) [sublinhados nossos]¹.

Sublinhámos a expressão “famílias modestas” porque ela se restringe às famílias portuguesas – e mesmo entre estas, apenas às raras que, vindas da metrópole, possuíam recursos económicos – e não às angolanas, às quais continuava vedado o acesso ao arrendamento de habitações na cidade branca, fora dos musseques. Arnaldo Santos, aliás, demonstra-o na crónica “Núpcias Adiadas”, publicada em 1964 numa revista do Huambo, onde descreve uma série de recusas preempatórias de senhorios de vivendas do bairro do Miramar, em Luanda, em arrendá-las a jovens casais negros (Santos, 1980, pp. 159-165). Embora o Miramar não seja ainda designado por esse nome em meados da década de 1950, ao tempo em que Reis Ventura escreve *Cidade Alta*, é possível vislumbrá-lo nas páginas do seu romance, nomeadamente nos capítulos III e XVIII. No primeiro deles, o Miramar encontra-se presente no passeio ocioso de fim de tarde de duas jovens brancas da alta sociedade colonial, Rita e Maria Eugénia:

“Subiram a Calçada das Cruzes, meteram à Rua Mouzinho de Albuquerque e foram parar na Avenida Almirante Azevedo Coutinho, ao dobrar da graciosa curva, que é actualmente um dos melhores miradouros da cidade” (Ventura, 1958, pp. 26-27).

Não há nada que enganar: a Rua Mouzinho de Albuquerque outra não é senão a actual Marechal Tito, que liga o Kinaxixi ao Miramar, passando pelo Cemitério do Alto das Cruzes, e a Avenida Almirante Azevedo Coutinho, actual Presidente Houari Boumédiène, é a que marca o limite deste bairro de luxo por sobre as barrocas que dão para a baía e para o bairro da Belavista. Mais adiante, no capítulo XVIII, Maria Eugénia, agora recém-casada com um médico reputado, vai viver para “uma graciosa vivenda acabada de construir na Rua do Almirante Azevedo Coutinho” (Ventura, 1958, p. 131). Note-se que Arnaldo Santos, na crónica/conto “Núpcias Adiadas”, descreve uma realidade que se desenrola em Luanda dez anos depois do tempo retratado por Reis Ventura

¹ Desde 1952 que a moeda corrente em Angola era o escudo, em substituição do antigo angolar (Sousa, 1967, pp. 109-110; Sousa, 1969, pp. 135-144).

em *Cidade Alta*. As vivendas do Miramar já foram então integralmente construídas e há cerca de uma década que foi criada a promissora e filantrópica COCAL do engenheiro Soutello. Mas os resultados estão à vista: acentua-se a divisão entre a cidade branca e a cidade negra. Aliás a firma desta COCAL, pese embora a preocupação de Reis Ventura em assinalar numa nota de rodapé que se trata de uma empresa fictícia, não deixa, contudo, de lembrar a da empresa agro-industrial CAOP (Companhia da África Ocidental Portuguesa), que efectivamente procedeu a construções para colonos brancos em Luanda durante a década de 1950, asfaltando o que fora o musseque do Cayatte e dando mesmo nome a um conglomerado de vivendas arrendadas a colonos na zona de São Paulo, empurrando os antigos moradores africanos para o contíguo musseque do Marçal. O engenheiro Soutello e as personagens de Reis Ventura representam sem dúvida, diga-se com ironia, modelos exemplares de heróis portugueses! A *Cidade Alta* não é, portanto, na ficção deste escritor, apenas o nome do bairro de Luanda onde se concentram os poderes coloniais. É igualmente a metáfora encomiástica de um espúrio heroísmo dos colonizadores mais endinheirados, aliás nos nossos dias plenamente vivo nas sociedades portuguesa e angolana. Mas o discurso patriótico de Reis Ventura não fica por aqui.

O discurso patriótico e a “destropicalização do continente negro”: o passadismo da Índia e a discreta mestiçagem de um jovem jurista angolano considerado português porque “eugenizado”

Não é por acaso que Reis Ventura inicia em Junho de 1954 o romance *Cidade Alta*. É que esse mês é o mesmo em que ocorreu a visita a Angola do então Presidente da República de Portugal, o general Craveiro Lopes, a qual o escritor transmontano aproveita, em *A Nova Angola*, para enaltecer o que entende falaciosamente ser a “portugalidade” do povo angolano:

“ [...] o certo é possuir Angola uma elevada consciência lusitana e um apurado sentido de unidade nacional. [...] o senhor general Craveiro Lopes pôde sentir, em toda a sua magnífica realidade, o profundo portuguesismo das gentes de Angola” (Ventura, 1959, pp. 132-133).

Logo a seguir, na mesma obra, Reis Ventura exalta um facto ocorrido em Luanda apenas um mês depois da visita presidencial:

“E a menos de um mês [depois] da sua [de Craveiro Lopes] partida, a inolvidável manifestação de 24 de Julho de 1954, em protesto contra a invasão de Dadrá, foi a estupenda chancela dos factos a todas as afirmações de lealdade e de patriotismo, produzidas durante a visita do Supremo Representante da Soberania. [...] Angola revelou-se, então, tal como verdadeiramente é: – um dos baluartes da unidade nacional” (Ventura, 1959, p. 133).

Os assaltos aos enclaves indianos de Dadrá e de Nagar-Aveli, sob administração portuguesa, a 22 de Julho de 1954, primórdios do conturbado processo que culminaria na invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana em Dezembro de 1961 (Morais, 1995, pp. 19-26), seriam noticiados em Angola no dia seguinte, a 23, a tempo de o poder colonial organizar, em vinte e quatro horas, uma curiosa manifestação – que

de “espontânea” nada teve – defronte do Palácio do Governador, na Cidade Alta de Luanda, na manhã de dia 24. Em *Cidade Alta*, Reis Ventura consagra ao evento todo o capítulo XII, ostensivamente intitulado “Vinte e quatro de Julho de 1954”, ao qual dá início chamando “bandoleiros” aos indianos:

“Ao entardecer de 23 de Julho de 1954, correndo veloz como o incêndio nas anharas ressequidas, uma estranha notícia se divulgou: bandoleiros armados, provenientes da União Indiana, tinham invadido o pequeno enclave português de Dadrá” (Ventura, 1958, p. 87).

As oito páginas que se seguem pretendem ser a crónica dessa pretensa “manifestação popular”, em cuja descrição Reis Ventura não hesita em comparar-se a Fernão Lopes. Mas a acção do capítulo XIII, intitulado “Terra para Homens”, ainda decorre durante a mesma manifestação de 24 de Julho de 1954 junto ao Palácio do Governador e ao som do discurso patriótico de José Agapito da Silva Carvalho, anunciando a partida para a Índia de voluntários portugueses. Neste capítulo há que destacar dois aspectos. O primeiro é que é nele que, curiosamente, o engenheiro Soutello informa os seus apeniguados da brilhante ideia de criar a COCAL. O segundo é o curto diálogo travado entre dois soldados da Companhia Indígena, a qual Reis Ventura não suspeitava, ao tempo, que viria a ser extinta daí a oito anos, em 1962, com a supressão do Estatuto do Indigenato decretada por Adriano Moreira em consequência do deflagrar da Guerra Colonial. Estes dois soldados da Companhia Indígena, apresentados darwinisticamente como “crianças grandes” e cuja linguagem não podia deixar de ser o “preto-guês”, são as únicas personagens africanas a figurarem, ainda que passageiramente, em *Cidade Alta*, e as suas presenças, assim como as suas palavras, destinam-se apenas a tentar convencer o leitor de que os angolanos se sentem portugueses e estão do lado dos colonizadores contra os ventos independentistas que, soprando desde o fim da II Guerra Mundial, anunciam para o ano seguinte a histórica Conferência de Bandung:

“Dois soldados da Companhia Indígena, **batendo as botifarras nos ladrilhos do passeio, falavam alto e com gestos largos, na exuberância alegre do seu atavismo tribal: / – Eh, os caneco [indianos] vai mesmo apanhar porrada!... Você vai ver. / – Um sordado preto de Angola chega para dez “nehrus”!** – completou o outro, altivamente” (Ventura, 1958, p. 98) [sublinha-dos nossos]².

1954 é, igualmente, o ano da publicação da edição portuguesa de *Aventura e Rotina* de Gilberto Freyre – a brasileira é do ano anterior –, longo diário da viagem que o sociólogo pernambucano efectuara pelas colónias portuguesas entre Agosto de 1951 e Fevereiro de 1952. Subsidiado pelo governo de Lisboa, Gilberto Freyre percorrerá Angola “escortado” pelo então Ministro das Colónias e do Ultramar português Sarmento Rodrigues e também pelo incansável governador-geral José Agapito da Silva Carvalho. Em *A Nova Angola*, Reis Ventura elogia o discurso de Agapito por ocasião do banquete de homenagem a Gilberto Freyre (Ventura, 1959, p. 131)³. Contudo, ainda longe da ade-

2 O adjectivo depreciativo “nehrus” é alusivo, evidentemente, ao nome de Jawaharlal Nehru (1889-1964), líder independentista indiano e Primeiro-Ministro da União Indiana entre 15 de Agosto de 1947 e a data do seu falecimento, a 27 de Maio de 1964.

3 Nesse banquete, segundo o próprio Gilberto Freyre, estiveram igualmente presentes o então Arcebispo de Angola, D. Moisés Alves de Pinho, e o advogado madeirense Eugénio Ferreira, futuro independentista (Freyre,

são à lição de Freyre, a que procederá precipitadamente em 1966 no romance *Queimados do Sol* – mercê, sem dúvida, do eclodir da Guerra Colonial –, o autor de *Cidade Alta* não parece ser, em 1959, grande simpatizante do luso-tropicalismo. Na vez disso, prefere apoiar-se num crítico de Gilberto Freire, o comandante Ernesto de Vilhena, director da Companhia dos Diamantes de Angola, a quem se deve a curiosa teoria da “destropicalização do Continente Negro” (Ventura, 1959, p. 49; Vilhena, 1955, pp. 57-67). A esse propósito Reis Ventura cita a frase ao tempo frequentemente proferida por velhos colonos em Angola: “Isto agora já não é África”. À primeira vista, esta frase parece ser uma simples hipérbole, onde o substantivo África se afigura como uma metáfora da ideia de “espaço não socializado” ou “espaço selvagem”. Na realidade exprimia muito mais do que isso, pois não só Reis Ventura como muitos portugueses em Angola acreditaram, sobretudo a partir da década de 1950, que o colonialismo conduziria, não apenas a uma europeização somática dos colonizados, mas também a uma operação de aclimação, não no sentido da adaptação dos europeus aos trópicos – como ainda era defendido nos anos de 1930 por autores como Henrique Galvão –, e sim no sentido inverso, da adaptação dos trópicos aos europeus. Eis a razão pela qual o engenheiro Soutello e as demais personagens de Reis Venturas moradores da Cidade Alta de Luanda ostentam, nos meses de cacimbo, nomeadamente em Junho, pulôveres e cachecóis. E eis igualmente a razão pela qual os construtores das moradias da Cidade Alta dessa época, como as do Beco do Balão ou as do Bairro do Saneamento, concebiam as salas de jantar dessas vivendas com lareiras que jamais eram acesas⁴. Ainda a propósito do luso-tropicalismo, é importante assinalar que Reis Ventura, no que diz respeito ao argumento colonialista ancestralmente português da “miscigenação” ou da “mestiçagem”, em que seria persistente nos seus romances das décadas de 1960 e de 1970, é ainda muito discreto nos anos de 1950, mal conseguindo disfarçar os seus sentimentos autênticos de mistofobia, então já politicamente incorrectos. Em *Cidade Alta*, limita-se a dar vida a José Santiago Valadim, jovem jurista de 26 anos de idade, um “eugenizado”, uma vez que não se lhe notam os traços somáticos africanos. No final do romance, este mestiço envergonhado casará com Rita, uma filha de colonos de carácter fútil, mas amante dedicada. O “embranquecimento” dos angolanos encontra-se, pois, assegurado.

O Dr. Valadim carrega consigo o desgosto e o preconceito de não haver conhecido o pai branco, que abandonara a mãe, uma “mulata-cabrita da Gabela” (sic.), mas que todavia lhe foi sempre fazendo chegar as verbas necessárias a que pudesse licenciar-se em Direito em Coimbra. Sobre essa “mulata-cabrita” – ou seja, sobre essa filha de europeu e de mulher mestiça (Ribas, 1998, p. 35) –, que cometeu o feito “heróico” de dar à luz um “eugenizado”, fornece Reis Ventura as seguintes informações:

“[...] D. Beatriz Valadim, filha do tenente Valadim que se cobrira de glória, nessa formidável marcha da coluna de Paiva Couceiro desde o Bailundo ao Cubango, tinha apenas a casa em que vivia, na Gabela, e um sobrado em Luanda, que rendia quinhentos angolares. Outros rendimentos, só os da costura que fazia para as damas ricas da vila” (Ventura, 1958, p. 59).

1954, p. 396).

4 Este último pormenor das lareiras nas vivendas de luxo da Cidade Alta de Luanda faz parte da memória do autor destas linhas, que viveu os primeiros anos da sua vida numa vivenda do Beco do Balão.

Pese embora a informação interessante acerca do montante irrisório das rendas que ao tempo auferiam os proprietários mestiços dos velhos sobrados de Luanda, parece-nos que a ficção de Reis Ventura nada tem de verosímil no que diz respeito à paternidade atribuída a D. Beatriz Valadim, porquanto não dispomos de qualquer informação no sentido de saber se o malgrado tenente Eduardo António Prieto Valadim (Lisboa/Portugal, 1856 – Niassa/Moçambique, 1890), cuja celebridade entre os portugueses mais não ficou a dever-se senão ao facto de haver sido decapitado por um moçambicano aliado aos ingleses dias depois do Ultimato Britânico, alguma vez pisou o solo angolano. As campanhas de Paiva Couceiro do Bailundo ao Cubango, a que Reis Ventura se refere, decorreram entre 1889 e 1891 (Pélissier, 1986b, pp. 69-101). Só daí a quatro anos, em Janeiro de 1895, desembarcava Paiva Couceiro em Moçambique, onde efectivamente prestara serviços militares o tenente Valadim desde 1884, até ser morto em 1890 (Pélissier, 1994a, pp. 353-355, 360-361, 366 e 396). Como poderia Valadim ter servido sob as ordens de Paiva Couceiro em Angola? E, acima de tudo, como é que, não havendo saído de Moçambique, poderia Valadim fazer chegar a Angola um espermatozóide seu e alojá-lo no útero de uma mulher da Gabela para que viesse ao mundo uma “cabrita” com o seu nome?

Ignora-se igualmente quem foi o parceiro sexual da fictícia D. Beatriz Valadim na operação final de “eugeniização”, ao conceber o futuro ilustre jurista, mas é por demais evidente que Reis Ventura já esboçava, com este pai ausente mas extremoso para com o filho mestiço, a personagem que, em 1965, protagonizaria o seu romance *Caminhos. Vida e Paixão de um Motorista de Angola*. Aí assistiremos à relação amorosa entre João do Souto, um português humilde natural de Amarante, e outra (?) “cabrita” da Gabela, esta chamada Beatriz Alpedrim e filha de um falecido militar português, herói das “campanhas de pacificação do gentio”, designado por tenente Alpedrim. Também aí o português, João do Souto, embora assumindo a paternidade do filho de Beatriz e custeando-lhe os estudos em Coimbra, recusa-se a dar-se-lhe a conhecer. Esse filho é outro “eugenizado” e tornar-se-á um advogado reputado em Luanda com o nome de... Dr. Alpedrim! Coincidência a mais?

Deixaremos para um estudo futuro o romance *Caminhos. Vida e Paixão de um Motorista de Angola*, mas antecipemos apenas que, nele, a retórica literária de Reis Ventura procurará ludibriar brilhantemente a fatídica realidade colonial do abandono dos filhos mestiços pelos progenitores portugueses. Nessa fase criativa, já impregnada de um espírito luso-tropicalista tardio, Reis Ventura recuperará o velho expediente, timidamente a florado em *Cidade Alta*, de fazer das mulheres mestiças instrumentos sexuais da eugeniização de Angola. Mas por enquanto, para o escritor colonial de 1958, as procriadoras dos povoadores de Angola ainda são, como concluiremos, preferencialmente as mulheres brancas.

O género feminino no discurso colonial de *Cidade Alta*: as “criadas brancas” e as progenitoras dos colonizadores de raça pura

Sendo um escritor colonial e colonialista, Reis Ventura tem o mérito de, nos seus romances, trazer à luz do dia realidades do facto colonial português em Angola às quais os escritores nacionalistas coevos foram indiferentes. Se em *Fazenda Aban-*

donada (1962) assistimos ao percurso de um colono que, à semelhança de muitos, se tornou mendigo em Luanda, em *Cidade Alta* (1958) deparamos com uma outra instituição silenciada: a “criada branca”. Trata-se de um fenómeno social português bem mais amplo e que, embora havendo sido em tempos temática de folhetins, de cantigas de rádio e de algum cinema tendencialmente musical, foi estranhamente votado ao silêncio depois de 1975 em Portugal: a criada de servir, popularmente designada por “sopeira”⁵.

Transcreva-se uma curiosa notícia, publicada no número do *Boletim Geral das Colónias* de Junho de 1950 e intitulada “Emprego de serviçais brancas no Ultramar”:

“Como se sabe, é corrente em Angola e em Moçambique o emprego de negros em serviços domésticos, costume que por mais de uma vez tem merecido a crítica na imprensa do Ultramar pelos inconvenientes que importa. [...] Tem o senhor Ministro das Colónias [Teófilo Duarte, entre 2 de Fevereiro de 1947 e 2 de Agosto de 1950] adoptado ultimamente, em relação àquele facto, uma orientação tendente a impulsionar **a substituição de criados pretos por criadas brancas idas daqui**. Para isso autorizou que todos os funcionários casados, que o quisessem, se fizessem acompanhar por criadas, a quem se pagaria a passagem pelo fundo de colonização. Ao abrigo dessa disposição, já seguiram para Angola, na companhia dos respectivos amos, 25 criadas, e para Moçambique 34. [...] A fim de impulsionar o movimento, estão em curso negociações com ordens religiosas para se estabelecerem em Luanda e em Lourenço Marques casas do género da da Costa do Castelo, em Lisboa, destinadas a receber raparigas idas da metrópole, até se empregarem. Dados os precedentes observados, é de esperar **que a maior parte das raparigas idas nestas condições se casem a breve trecho**. [...] A bordo do “Moçambique”, partiram, com destino às colónias, alguns turnos de órfãs e de ex-internadas em asilos e albergues de Lisboa, que vão empregar-se em serviços domésticos” (Sic.)⁶.

Como pode ver-se por este documento, a ida para Angola de mulheres jovens provenientes de todos os pontos de Portugal e destinadas ao serviço doméstico, na maioria de origem rural e analfabetas, remonta a 1950. Está por fazer um estudo que nos elucide sobre o número aproximado das que efectuaram este périplo ao longo dos 25 anos que se seguiram, mas não temos dúvidas de que nem todas se empregavam no serviço doméstico, pela simples razão de que só uma minoria de colonos dispunha de recursos económicos suficientes para lhes pagar um ordenado que já se aproximava dos mil escudos mensais, sendo a maioria das famílias obrigada a continuar a recorrer aos serviços dos negros, muito menos dispendiosos. A memória da nossa própria vivência em Luanda nos últimos anos do colonialismo português levam-nos a alvitrar algumas ideias que carecem, por enquanto, de fundamento documental. Parte considerável destas “criadas brancas”, uma vez desembarcadas na colónia, não teve dificuldade em encontrar marido, respondendo a anúncios postos em jornais, preferencialmente n’ *A Província de Angola*, por colonos que, havendo conseguido prosperar nos seus negócios, largavam as companheiras negras e os filhos mestiços para casarem com mulheres europeias. A chegada da “criada branca” a Angola nos

5 Registe-se, contudo, o importante estudo recente de Inês Brasão, *O Tempo das Criadas. A Condição Servil em Portugal (1940-1970)*, que no entanto não analisa esta realidade nas colónias portuguesas do continente africano.
6 *Boletim Geral das Colónias*, N.º 301, Ano 26.º, Junho de 1950, pp. 98-99. Sublinhados nossos.

anos de 1950, assim como de outras mulheres portuguesas, contribuiu assim para que os colonos celibatários dotados de recursos financeiros pudessem recrutar noivas europeias recorrendo a anúncios nos jornais da própria colónia e não nos metropolitanos, como acontecia nos anos de 1930 e conforme mostra Artur Ferreira da Costa na novela “O Testamento do Papa Rolas” (Costa, 1945, p. 81-298), que analisámos noutra lugar (Pinto, 2012, p. 241-265). Estamos, além disso, em crer que o número de “criadas brancas” aumentou consideravelmente em Angola depois de 1961, com o eclodir da Guerra Colonial, porquanto muitas destas jovens terão seguido para as colónias atrás dos namorados, incorporados no exército português. Seja como for, ter em casa “criadas brancas” era, nos anos de 1950, de 1960 e de 1970, um luxo em Luanda, como aliás Reis Ventura muito acertadamente o regista.

Ainda que desempenhando papéis secundários na teia do romance, em que casas de família vamos encontrar “criadas brancas” no romance *Cidade Alta?* Curiosamente, não é assinalada nenhuma “criada branca” na casa do abastado engenheiro Soutello, situada na Cidade Alta propriamente dita. Das famílias coloniais que figuram neste romance de Reis Ventura, apenas duas são servidas por “criadas brancas”. Nenhuma dessas duas famílias reside na Cidade Alta e sim em bairros que resultaram da recente urbanização colonial de Luanda. As “criadas brancas” são, em ambos os casos, mulheres jovens, com menos de 30 anos de idade.

A primeira família é a do engenheiro Monteiro Brázio, distinto geólogo da Petrofina, casado com D. Rosa Eduarda da Nóbrega, ambos pais de Maria Eduarda da Nóbrega Monteiro Brázio (Dádá), assassinada dramaticamente aos 26 anos. A família reside numa das recentes moradias luxuosas do Bairro da Exposição-Feira⁷, próximo de São Paulo. A “criada branca” dos Brázio chama-se Maria dos Anjos Silva, interfere nos capítulos VIII e XXVIII e o seu testemunho em tribunal revela-se decisivo no apuramento da identidade do assassino de Dádá, a filha dos patrões.

A segunda família é constituída pelo casal constituído por Maria Eugénia Soutello Duarte, sobrinha do engenheiro Soutello, e pelo Dr. Almada, médico de elevada reputação em Luanda. Ambos se instalam, como já o dissemos, numa vivenda acabada de construir na Rua do Almirante Azevedo Coutinho, isto é, no embrião daquele que virá a ser a “segunda Cidade Alta de Luanda”, ou “Cidade Alta meridional”, isto é, o elegante Bairro do Miramar. O nome da “criada branca” que os serve é curiosamente, decerto por inadvertência de Reis Ventura, o mesmo da filha do casal que está para nascer: Maria Luísa. Maria Luísa ou Luizinha – referimo-nos à “criada branca” e não, obviamente, à criança – assiste à cena patética de ver o patrão resistir ao poder de sedução que sobre ele exerce Marilene, a leviana esposa de um advogado, num capítulo intitulado “Perturbações num lar feliz” (Ventura, 1958, pp. 173-176). No capítulo seguinte, “Frente a frente” (Ventura, 1958, pp. 177-182), a “criada branca” Luizinha intervém para comentar com as suas congéneres da vizinhança a vida privada dos seus patrões. Com esta cena, paralela ao enredo do romance, Reis Ventura pretendia, através do depoimento da “criada branca”, evidenciar a idoneidade de carácter do casal Maria Eugénia/Dr. Almada. No entanto, consegue com ela documentar o facto de, no Miramar, haver mais “criadas brancas”. Dialogam com

7 Bairro construído no local onde se realizara a Exposição-Feira de Angola, que decorreu em Luanda entre 15 de Agosto e 18 de Setembro de 1938 e foi inaugurada pelo então Presidente da República de Portugal, Óscar Fragoso Carmona (*Boletim Geral das Colónias*, N.º 163, Ano XV, 1939, p. 45-75).

Luizinha pelo menos mais duas, chamadas, respectivamente, Aninhas e Rosária. Esta última é “governanta dum casal de estrangeiros” – decerto franceses, ingleses, belgas ou sul-africanos –, o que demonstra, de algum modo, que nem todos os portugueses dispõem de recursos económicos para ter casa no Miramar e que, mesmo entre os que moram neste bairro de luxo, nem todos são servidos por “criadas brancas”.

Mas Maria Luísa é também, como o dissemos, o nome da filha deste casal do Miramar. Vamos encontrar esta criança branca, futura progenitora de colonizadores de “raça pura”, em 1957, com dois anos de idade, acompanhada dos pais e da roda de amigos da “Cidade Alta” – lembremo-nos das duas conotações do termo neste romance – no alto do primeiro arranha-céus da Avenida Marginal. Contemplando a paisagem modificada de Luanda, o pai embevecido pega na filhinha ao colo e diz-lhe com orgulho: “Olha a tua terra, minha filha! É linda não é?” (Ventura, 1958, pp. 263). Sem mais comentários, aprecie-se a descrição que o narrador, nesse capítulo conclusivo, faz da nova cidade:

“Do terraço do imponente edifício, o grupo contempla a formosa avenida: expressiva imagem da febre construtiva que se apoderou das gentes angolanas. Lá em baixo, entre os belos prédios com a pintura ainda fresca e novas construções que se erguem dos alicerces, a branca ermida da Nazaré é um beijo da tradição na face renovada da cidade. Para baixo, até às Portas do Mar, alinham-se edificações que realizam já um belo conjunto urbanístico. Depois, em contraste impressionante, seguem-se os antigos sobrados do tempo da borracha, corroídos da humidade salina, esperando resignadamente o martelo demolidor. E, ao fundo, a fortaleza de São Miguel recorda a alma intemerata dos avós que souberam pensar no Continente Negro, séculos antes de abusivamente se falar em artificiais agrupamentos afro-asiáticos” (Ventura, 1958, pp. 259-260).

Evidentemente que Reis Ventura mal suspeitava que, para que chegasse a Independência de Angola, em 1975, faltavam menos de vinte anos. Mas cabe-nos interrogar se hoje, em meados da segunda década do século XXI, não assistimos em Luanda a algo de muito idêntico ao que Reis Ventura documenta no seu romance *Cidade Alta* em 1958.

Referências bibliográficas

- Amaral, Ilídio do (1962), *Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Brasão, Inês (2012), *O Tempo das Criadas. A Condição Servil em Portugal (1940-1970)*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Boletim Geral das Colónias*, N.º 163, Ano XV, Janeiro de 1939, [Número especial dedicado à viagem de S. Ex.ª o Presidente da República a S. Tomé e Príncipe e a Angola (II)], p. 628
- Boletim Geral das Colónias*, N.º 301, Ano 26, Junho de 1950, pp. 98-99.
- Costa, Ferreira da (1945), *Pedra do Feitiço. Reportagens Africanas*. Porto: Edição LEN.

- Fernandes, José Manuel (2002), *Geração Africana. Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Freyre, Gilberto (s.d. [1954]) (1.ª edição brasileira de 1953), *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- Lobo, Manuel da Costa (1967), *Subsídios para a História de Luanda*, Prefácio de Henrique Paço d'Arcos. Lisboa: Edição do Autor.
- Morais, Carlos Alexandre de (1995), *A Queda da Índia Portuguesa. Crónica da Invasão e do Cativo*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Neto, João Pereira (1964), *Angola. Meio Século de Integração*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Oliveira, Jorge Eduardo da Costa (2005), *Memórias de África. 1961-2004. Figuras e factos da minha vida*. Lisboa: Edição do Autor.
- Paço D'Arcos, Henrique (1967), Prefácio a Manuel da Costa Lobo, *Subsídios para a História de Luanda*, pp. 11-21.
- Pélissier, René (1986a), *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas, 1845-1941*, Vol. I., Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa.
- _____ (1986b), *História das Campanhas de Angola. Resistência e Revoltas, 1845-1941*, Vol. II., Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa.
- _____ (1994a), *História de Moçambique. Formação e oposição 1854-1918*. Vol. I, Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa.
- _____ (1994b), *História de Moçambique. Formação e oposição 1854-1918*. Vol. II, Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pinto, Alberto Oliveira (2013), *Representações Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das suas Culturas (1924-1939)*, Prefácio de Isabel Castro Henriques. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- _____ (2012), *Angola e as Retóricas Coloniais. Roupagens e Desvendamentos*, Prefácio de Ana Mafalda Leite. Lisboa/Luanda: Mercado de Letras Editores/Edições Chá de Caxinde.
- _____ (2003), *A Oralidade no Romance Histórico Angolano Moderno*. Lisboa: Novo Imbondeiro.
- Ribas, Óscar (1998), *Dicionário de Regionalismos Angolanos*. Matosinhos: Contemporânea Editora.
- Santos, Arnaldo (1980), *Prosas*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.
- Sousa, L. Rebelo de (1967), *Moedas de Angola*, Vinhetas de Neves e Sousa. Luanda: Banco de Angola.
- _____ (1969), *O Papel-Moeda em Angola (Subsídios para o seu Estudo)*. Desenhos de Neves e Sousa. Luanda: Banco de Angola.
- Ventura, Reis (1955), *Quatro Contos por Mês (Cenas da Vida em Luanda)*, Capa de Neves e Sousa. Lisboa: Publicações Unidade.

- _____ (1958), *Cidade Alta (Cenas da Vida de Luanda)*, Capa de Neves e Sousa. Luanda: Livraria Lello.
- _____ (1959), *A Nova Angola*, Capa de Neves e Sousa. Luanda: Tipografia Angolana.
- _____ (1962), *Fazenda Abandonada*, Capa de Neves e Sousa. Sá da Bandeira: Publicações Imbondeiro.
- _____ (1965), *Caminhos. Vida e Paixão de um Motorista de Angola*. Braga: Editora Pax.
- _____ (1966), *Queimados do Sol*, Capa de Neves e Sousa. Braga: Editora Pax.
- Vilhena, Ernesto de (1955), *Aventura e Rotina (Crítica de uma Crítica)*. Lisboa: Editorial Império.